

Introdução

O IESE realizou, a 22 e 23 de Abril de 2009, a sua II Conferência Científica subordinada à temática genérica “*Padrões de Acumulação Económica e Dinâmicas da Pobreza em Moçambique*”. Por que razão foi esta temática escolhida e o que significa?

Entendemos por estudo dos “padrões” e “dinâmicas” de acumulação económica e de pobreza a análise das características económicas, sociais e políticas das tendências de crescimento, reprodução, diferenciação e distribuição económica e social em condições históricas específicas, tomando em conta as relações complexas e dinâmicas entre os agentes e as pressões económicas e sociais com as quais eles se relacionam. Este estudo requer a análise das estruturas (o que é produzido, quanto, como, com que grau de interligação e como é distribuído) e instituições (políticas, sistemas políticos e organizações políticas, participação dos cidadãos na vida política e na governação, etc.), e de como é que as estruturas e agentes económicos e políticos se relacionam e se interligam. Sobretudo, tal estudo requer a compreensão de como é que as forças, interesses e pressões políticas, económicas e sociais se conjugam e operam no quadro dessas estruturas, instituições, conflitos e tensões. Em outras palavras, a temática da conferência reflecte uma abordagem de economia política para o estudo das dinâmicas, capacidades e relações de produção, reprodução, diferenciação e distribuição.

Em Moçambique, em relação com o slogan de combate à pobreza absoluta, o debate social sobre desenvolvimento tem enfoque na discussão das causas e soluções da pobreza. Uma abordagem enfatizam as fraquezas estruturais que tornam alguns indivíduos mais vulneráveis no mercado (deficiente capital humano individual); a inadequação das instituições (corrupção, neo-patrimonialismo do Estado, desigualdade do género e feminização da pobreza, insuficiente ou inadequada democracia e limitada descentralização); e a limitação dos recursos disponíveis (tamanho da economia, poupança e magnitude da sua taxa de crescimento).

Doadores e organizações da sociedade civil têm preferência por estas abordagens, embora diferentes organizações estructurem estes conjuntos de factores em ordem de prioridade ou em quadros analíticos diferentes.

Por sua vez, o discurso político oficial põe o enfoque do combate à pobreza no crescimento económico e na transformação da mentalidade, ou cultura, dos pobres (preguiça, inveja, falta de auto-estima, receio de ser rico, e assim por diante), criticando a cultura de pobreza, elogiando a cultura do empreendedorismo individual dos ricos e as taxas de crescimento económico, e afirmando o imperativo social de promover o enriquecimento individual como pré-condição para combater a pobreza nacional.

Seja qual for a ênfase, qualquer uma destas abordagens considera a pobreza como um “estado de coisas”, ou um “produto”, que resulta de conjuntos de “insumos” mais ou menos bem definidos (cultura, estruturas produtivas, instituições ou recursos). Dependendo da ênfase dada por cada uma destas abordagens, a pobreza combate-se fornecendo o “insumo” em falta, seja ele a cultura de riqueza para substituir a cultura de pobreza; educação e saúde para elevar o capital individual e o valor do indivíduo no mercado; estruturas produtivas pró pobre (sejam elas “o mercado” ou “um sector” (geralmente a agricultura) ou “uma forma de organização produtiva” (geralmente familiar ou a micro e pequena empresa, geralmente vagamente discutidas); ou a igualdade de género e/ou outras instituições democráticas. Governo e instituições financeiras internacionais celebram as taxas de crescimento económico e os indicadores de estabilização monetária, independentemente das dinâmicas e factores que criam umas e outros. Agências das Nações Unidas e doadores bilaterais balançam insuficiências institucionais e democráticas com o “sucesso” na construção de infra-estruturas pró capital humano (escolas, centros de saúde, redes sanitárias e estradas), e a medida deste balanço (para onde o pêndulo tende) depende dos dados sobre crescimento económico (*proxy* para eficácia governativa) e, sobre a redução da percentagem da população em pobreza absoluta (*proxy* para a eficácia pró pobre do crescimento económico), se a taxa de crescimento económico exceder 7% ao ano e a percentagem da população em pobreza absoluta estiver a reduzir, o peso das insuficiências institucionais e democráticas na análise do sucesso Moçambicano reduz.

Estas análises tendem a preocupar-se mais com a medição do crescimento económico, da robustez macroeconómica definida em termos monetaristas (inflação, taxa de câmbio e reservas internacionais) e da redução da pobreza do que com a compreensão das dinâmicas económicas, políticas e sociais associadas com o desempenho económico e com a pobreza.

Os conflitos e as intercepções destes tipos de abordagens criam dinâmicas interactivas em torno de modelos de causalidade geralmente não demonstrada e frequentemente contraditória, mas que dominam o debate sobre políticas públicas. Tomemos os dois exemplos mais

gerais e comuns de tais tipos de modelos: a relação entre pobreza, crescimento e desigualdade, e a relação entre pobreza e estruturas económicas pró pobre.

No primeiro tipo de modelo, *pobreza é explicada por duas variáveis a saber, crescimento económico e desigualdade*, sendo directamente relacionada com desigualdade e inversamente com crescimento. As duas variáveis explicativas, *crescimento e desigualdade*, são dadas (isto é, a explicação de desigualdade e de crescimento económico, bem como a discussão de qualquer possível relação entre ambas, encontram-se fora do modelo) e não são relacionadas entre si. Portanto, dada a taxa de crescimento, a redução da pobreza depende da redução da desigualdade (quer dizer, no seu extremo, desde que a desigualdade reduza, a pobreza diminui, ainda que não haja crescimento económico). Dada a desigualdade, a pobreza pode reduzir desde que o crescimento económico seja acelerado (quer dizer, no seu extremo, ainda que desigualdade aumente, desde que a taxa de crescimento económico seja acelerada acima da taxa de crescimento da desigualdade, a pobreza reduz).

Modelos mais lineares e menos sofisticados desta abordagem prevêem que a aceleração do crescimento económico em fases iniciais de acumulação de capital implica o aumento da desigualdade. Isto acontece porque, nesta fase inicial de *arranque da economia*, é necessário aumentar a taxa de poupança o que requer, entre outros factores, a concentração do rendimento. Se a pobreza reduz ou não nesta fase inicial de desenvolvimento, isso é um resultado empírico determinado pela relação de grandeza entre o aumento da desigualdade e a aceleração da taxa de crescimento. No entanto, estes modelos não discutem os processos políticos e sociais e as condições históricas concretas que permitem (ou não) sustentar o crescimento da economia e da desigualdade.

Embora as relações estabelecidas nesta classe de modelos pareçam lógicas e relevantes, esta abordagem é bastante simplista. Por um lado, ao assumir as variáveis “*desigualdade*” e “*crescimento*” como dadas (determinadas fora do modelo) e independentes uma da outra, o modelo gera três problemas: primeiro, perde contexto histórico e sentido económico e social, transformando “*pobreza*”, “*desigualdade*” e “*crescimento*” em simples estatística; segundo, perde precisão analítica porque não consegue compreender nem definir “*pobreza*”, “*desigualdade*” e “*crescimento*” no seu contexto histórico e socioeconómico específico (por exemplo, como é possível compreender e definir desigualdade, ou mesmo medi-la, sem compreender os processos de diferenciação e acumulação económica?); e terceiro, perde capacidade de previsão, ou gera previsões questionáveis ou mesmo absurdas.

Por outro lado, este tipo de abordagem, assumindo “*desigualdade*” como o único factor a determinar a “*comunicação*” (ou a “*taxa de câmbio*”) entre crescimento económico e pobreza, implicitamente requer uma economia fechada. De acordo com este modelo, dada a taxa de crescimento económico, desigualdade explica a distribuição do rendimento e, por-

tanto, a pobreza. Em economia aberta, os termos de troca internacionais e as transferências internacionais entre economias, empresas e cidadãos afectam as dinâmicas da pobreza tanto ou mais do que a desigualdade interna na distribuição do rendimento. Aliás, Moçambique é um bom exemplo deste problema, pois os elevados índices de ajuda externa (mais de 20% do PIB, financiando mais do que 50% da despesa pública e parte considerável do défice da conta corrente), a entrada das transferências privadas de cidadãos não residentes (US\$ 82 milhões em 2008) e a saída dos rendimentos dos grandes projectos minerais e energéticos (US\$ 680 milhões em 2008), devem jogar um papel fundamental na explicação do crescimento económico, da diferenciação e desigualdade, da distribuição e dos níveis de consumo.

No segundo tipo de abordagem, *o nível de pobreza é relacionado com a eficácia pró pobre da estrutura do crescimento económico e da distribuição*. Por pró pobre entenda-se mais igualitário. Portanto, esta classe de modelos pretende introduzir mais detalhe na relação entre crescimento e pobreza pois introduz a noção de que “*desigualdade*” é inerente ao tipo de estratégia económica e padrão de crescimento, isto é, é interna ao modelo. Comumente, este tipo de modelo identifica as estratégias mais eficazes para reduzir a pobreza com as que se concentram no investimento em capital humano e respectiva infra-estrutura (escolas, centros de saúde, rede sanitária, entre outras) e no desenvolvimento agrário e rural, com ênfase nos pequenos produtores. Interessantemente, este tipo de modelo é sugerido tanto por um vasto leque de abordagens económicas e políticas estruturalistas e heterodoxas (populistas, dualistas, dependentistas, neo-Keynesianos, anti-globalistas, neo-marxistas, etc.), que são focadas no combate à pobreza rural, desenvolvimento dos mercados internos, acumulação primitiva através do processo de industrialização e fortalecimento das ligações; como são defendidas pela ortodoxia neo-clássica que enfatiza a necessidade da neutralidade da estrutura de preços para garantir a revelação das vantagens comparativas e que argumenta a favor da limitação do papel do Estado à provisão de capital humano e estabilidade social e monetária como bens públicos.

Apesar da utilidade dos seus argumentos mais importantes e do seu contributo para relacionar desigualdade e natureza das opções e estratégias de desenvolvimento, as abordagens do crescimento pró pobre são, tal como o primeiro tipo de modelo discutido, igualmente simplistas. Por um lado, assumem que um vasto leque de opções de política está disponível, de onde podem ser feitas escolhas com relativa facilidade e neutralidade, independentemente das relações dinâmicas entre agentes (seus interesses e capacidades de os articular politicamente), das ligações e pressões económicas e políticas (influenciadas pelos agentes e que exercem influência sobre eles) e das condições históricas concretas (domésticas e internacionais). Por outro lado, estas abordagens requerem um Estado capaz de fazer estas escolhas, mas não conseguem, ou não se preocupam em explicar de onde vêm e como se articulam e impõem os

objectivos económicos e sociais do Estado. Portanto, o Estado, determinante na abordagem pró pobre, é assumido como externo ao modelo.

As abordagens pró pobre olham para a economia a partir de fragmentos isolados (por sectores, actividades, regiões ou grupos sociais), mesmo que de algum modo estes fragmentos estejam relacionados entre si. Por isso, não conseguem compreender nem captar: as dinâmicas de diferenciação económica, social e política e o seu impacto nas opções, conflitos e possibilidades de desenvolvimento; a subordinação formal e informal de diferentes actividades e formas de organização e integração dos mercados nos sistemas de acumulação, distribuição e reprodução; a unidade e as tensões e conflitos entre diferentes ligações e relações económicas e sociais fundamentais (entre a cidade e o campo, a agricultura e a indústria, a grande e a pequena empresa, o emprego e o auto-emprego formais e informais, a economia real e as finanças, a formalidade e a informalidade). Um dos reflexos destas tensões analíticas é o preconceito de que uma estratégia focada na agricultura e desenvolvimento rural é, por natureza (não por desenho), mais igualitária ou pró pobre do que qualquer outra, independentemente das dinâmicas reais de investimento, produção, comércio e distribuição e dos sistemas de reprodução social que existem e estruturam a agricultura, incluindo o acesso à terra, insumos, trabalho e mercados.

Em oposição ao discurso vago e ao enfoque das diferentes abordagens sobre o combate à pobreza, está emergindo um outro discurso, igualmente vago, sobre a produção de riqueza. O argumento é simples: em vez de focar a política pública no combate à pobreza, é preciso focá-la na produção de riqueza. Embora simplista e vago, este discurso reflecte a tensão real e profunda entre distribuição e acumulação de capital que resulta da discussão das dinâmicas de produção e de distribuição isoladas umas das outras. Como é que as pressões e dinâmicas distributivas se relacionam com as pressões e dinâmicas de acumulação de capital? Como é que o fluxo de recursos na economia (ajuda externa, despesa pública, investimento privado) e as instituições económicas (legislação, políticas, dinâmicas corporativas e organização social da produção) podem ser consistentes com as pressões e dinâmicas distributivas e de acumulação de capital? Não é de estranhar, pois, que este novo discurso tenha emergido sobretudo, mas não exclusivamente, do empresariado privado nacional.

Portanto, está sendo criada uma dicotomia entre *combater a pobreza absoluta e gerar riqueza*. Terá, esta dicotomia, algum sentido real? Será que os conceitos *pobreza e riqueza* fazem sentido fora da análise de relações de classe, poder e conflito no quadro de padrões específicos de acumulação, distribuição e reprodução económica e social? Será que a pergunta “*combater a pobreza ou gerar riqueza?*” é útil e esclarecedora para fazer opções e análise de política pública? Será que a escolha que Moçambique tem de enfrentar é entre *produzir mais riqueza* (ou fazer a economia crescer mais depressa) **ou** *combater a pobreza* (ou distribuir melhor)?

Ou, alternativamente, a questão deve mudar para o estudo de como é que a produção e a distribuição ocorrem em relação com o desenvolvimento e organização social e técnica das forças produtivas sociais, no quadro de padrões específicos de acumulação e reprodução? Não serão *pobreza* e *riqueza* duas dimensões política e socialmente definidas do mesmo processo de acumulação, distribuição e reprodução, de tal modo que ambas são geradas não só em simultâneo mas em relação orgânica e dinâmica uma com a outra? Por conseguinte, ao invés de centrar a atenção meramente em observar, registar e descrever as taxas de variação da pobreza e da economia, não será mais importante e fundamental focar a análise nas bases políticas, sociais e económicas desta simultaneidade e relação orgânica e dinâmica e sobre as relações de poder delas derivadas?

A temática da conferência situou-se no contexto deste debate. Especificamente, a conferência investigou e debateu três questões: padrões de acumulação económica e desafios de industrialização; abordagens e experiências de protecção social e sua relação com padrões de acumulação e reprodução; e vulnerabilidade, pobreza, desigualdade e processos políticos. Cada um destes temas continua em processo de investigação. Se, por um lado, a análise foi avançada, por outro lado, sobre muitas das questões-chave deste debate existem apenas hipóteses e linhas de investigação.

Desta conferência resultaram cinquenta e uma comunicações (livremente disponíveis na página do IESE, www.iese.ac.mz) e três livros que contêm 22 artigos gerados a partir destas comunicações.

O livro “*Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique*” contém sete artigos. Este livro analisa os padrões de industrialização como proxy para a compreensão mais geral dos padrões de acumulação económica em Moçambique e discute como é que estes padrões são estruturados pela natureza extractiva da economia. Economia extractiva é um conceito que inclui quatro componentes fundamentais: (i) a economia não processa o que produz, exporta o que produz mas em forma primária, e importa o que consome em forma processada; (ii) por consequência, os mercados domésticos, as ligações internas e as potenciais dinâmicas de substituição de importações não se desenvolvem nem as exportações se diversificam; (iii) as classes capitalistas domésticas desenvolvem-se em torno de rendas improdutivas obtidas através da negociação de recursos naturais (terra, água, florestas, recursos pesqueiros e minerais) com capital estrangeiro, e aplicam essas rendas na aquisição e negociação de mais recursos naturais, em propriedade e especulação imobiliária ou no sector financeiro, e na infra-estrutura de comunicação e transporte, sendo as aplicações de capital feitas numa perspectiva de especulação financeira, facilitação do investimento em extracção de recursos naturais e ligações com o *hinterland*, reforçando assim a dependência em relação ao grande capital internacional e as dinâmicas dominantes de acumulação em vez promover a diversi-

ficação e articulação produtiva; e (iv) as vulnerabilidades, fraquezas estruturais e padrões de distribuição da economia mantêm-se e reproduzem-se, ainda que a economia cresça aceleradamente. Portanto, a economia extractiva gera dinâmicas de crescimento acelerado mas com a produção, comércio, mercados, qualificações, acumulação e distribuição estruturalmente concentrados, com fracas ligações e vulneráveis.

Os primeiros dois artigos do livro são focados na caracterização deste modo de acumulação, com recurso extensivo à estatística nacional. Os restantes cinco artigos são focados nos desafios de mudança, com ênfase nos desafios da produtividade, diversificação e emprego. Estes artigos discutem globalização, finanças e mercados internacionais; desafios do desenvolvimento tecnológico, incluindo um artigo com estudos de caso sobre tecnologias específicas e outro, numa óptica antropológica, sobre comunicação móvel em Inhambane; desafios da produtividade agrícola em África; e, finalmente, um artigo sobre emprego rural decente e investimento directo estrangeiro baseado num estudo de caso em Morrumbala, província da Zambézia.

O livro “*Protecção Social: Abordagens, Desafios e Experiências para Moçambique*” equaciona diferentes abordagens e debates sobre protecção social no contexto dos padrões de acumulação em Moçambique. O livro contém oito artigos que discutem o enquadramento institucional e económico da protecção social em Moçambique; a protecção social vista do prisma de dinâmicas de acumulação e reprodução do emprego, com um artigo sobre associativismo e emprego rural feminino em Chókwè, província de Gaza, e outro sobre a aplicação das transferências do trabalho migratório em Massinga, província de Inhambane; e a problemática dos subsídios e transferências com base na experiência do programa de subsídios aos alimentos e transferências para grupos sociais específicos (em Moçambique e África Austral). O livro levanta uma questão de fundo para orientar futura investigação sobre protecção social, nomeadamente como é que as vulnerabilidades sociais estão ligadas aos padrões de acumulação. Esta questão conduz a outras: se protecção social se deve circunscrever a subsídios para grupos específicos; qual é a sustentabilidade e o custo/benefício social destes subsídios dirigidos; se existem experiências e opções alternativas que relacionem protecção social com a promoção simultânea da produção e do consumo (e, portanto, do emprego decente e sustentável); como é que as estruturas, as dinâmicas e as relações formais e informais dos mercados de capital, bens e serviços e de trabalho afectam e são afectadas pelas vulnerabilidades sociais e económicos, e que impacto têm nas opções de protecção social.

O livro “*Pobreza, Desigualdade e Vulnerabilidade em Moçambique*” contém sete artigos, os quais discutem: (i) o discurso político oficial sobre pobreza com base na análise de discursos do Chefe de Estado moçambicano. Desta análise ressaltam dois aspectos fundamentais a saber: que o discurso político não define nem problematiza “*pobreza*”, focando no “*combate à*

pobreza”, o que limita a definição deste combate aos preconceitos e pressupostos de momento e circunstância; que o discurso político enfatiza a mentalidade miserabilista (cultura ou mentalidade dos pobres) como causa central da pobreza, ao mesmo tempo que promove a ideia do enriquecimento pessoal. Os restantes artigos abordam várias dimensões da problemática da pobreza, discutindo factores estruturais, sociais e políticos, nomeadamente: a governação local (com um estudo de caso de Gorongosa, Sofala), a informalidade, a vulnerabilidade, a desigualdade e o nexa entre desenvolvimento da pobreza rural e a questão da terra (com um estudo de caso da África do Sul). Estes artigos demonstram que, ao contrário do discurso político oficial que responsabiliza a cultura miserabilista dos pobres pela sua pobreza, a pobreza tem raízes objectivas nas estruturas e dinâmicas políticas de acumulação, distribuição e reprodução que são historicamente construídas.

Cada um dos artigos e temas abordados nestes três livros pode ser visto como um ponto de partida para um ou mais projectos de investigação. Ao publicar estes três livros (e divulgar todas as comunicações da conferência através do seu website), o IESE pretende alargar o acesso ao conhecimento e ao debate e, por esta via, apoiar a continuação e aprofundamento tanto da pesquisa como do debate, dando assim o seu contributo para aumentar a relevância e influência da investigação social e económica em Moçambique.

Carlos Nuno Castel-Branco, Director do IESE

Abril, 2010